

Ideb 2023 reforça necessidade de revisão

» ERNESTO MARTINS FARIA

Diretor-fundador do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede)

» LECTICIA MAGGI

Diretora de Projetos do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) existe desde 2007 e é considerado o principal indicador de qualidade da educação brasileira. Em 2021, os resultados do Ideb foram de difícil interpretação, em razão das diversas peculiaridades do contexto de pandemia. Entre elas, o aumento das taxas de aprovação em razão do continuum curricular (proposta do Conselho Nacional de Educação de flexibilizar os currículos das redes e de não reprovar os estudantes para reduzir o abandono e a evasão escolares) e da menor participação de estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), cujas médias em matemática e língua portuguesa são consideradas para o cálculo do Ideb.

Os dados do Ideb de 2023, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) nesta quarta-feira, também exigem bastante cautela ao serem analisados e trazem um veredito: já passou da hora de revisarmos o indicador. Sem desconsiderar a enorme contribuição do Ideb para o monitoramento da educação brasileira, as suas limitações proporcionam resultados pouco sustentáveis, como o fato de um município conseguir um índice 10 — para isso, além de serem aprovados, todos os estudantes tiveram que praticamente gabaritar a prova, acertando questões com nível de dificuldade muito superior ao de sua série escolar.

Em 2023, a expectativa era de uma queda nas taxas de aprovação em relação a 2021, quando havia a indicação de não reprovação, voltando a patamares próximos de 2019, que seriam mais “fidedignos”. Isso não se concretizou. Em todos os anos avaliados (5º, 9º e 3º do Ensino Médio), o indicador de rendimento (aprovação) superou o de 2019.

O aumento das taxas de aprovação em si é positivo, uma vez que diversos estudos indicam que somente repetir o ano escolar não contribui para o aumento da aprendizagem. Pelo contrário, está diretamente associado ao abandono e à evasão. Todavia, não podemos ignorar que o Ideb tem proporcionado a existências de taxas excepcionais

de aprovação.

Um exemplo de 2023 é o do Pará, que, no ensino médio, pulou de uma taxa de 0,82, em 2019, para 0,99, em 2023, superior a do contexto pandêmico. Isso colaborou fortemente para que o Ideb do estado na etapa saltasse de 3,4, em 2019, para 4,4, em 2023. O Mato Grosso é um caso similar: em 2019, teve taxa de aprovação de 0,79 no ensino médio e, em 2023, de 0,97. O Piauí também pulou de 0,88 para 0,97.

Perseguir uma alta taxa de aprovação é desejável. Porém, é preciso entender o quanto essas taxas não encobrem, por exemplo, um alto índice de evasão na rede de ensino. Essa dúvida seria

mitigada caso o Ideb considerasse não apenas as crianças que estão na escola, mas também as que evadiram. Contabilizar a aprovação dos estudantes apenas nos anos ímpares é outra fragilidade, que pode impactar em taxas mais elevadas de reprovação nos anos pares (2024, por exemplo), e que seria facilmente corrigida considerando a aprovação em todos os anos escolares.

É preciso também rever o Saeb, para que traga questões discursivas e cubra competências e habilidades mais sofisticadas, alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao que é exigido em avaliações internacionais, como o Programme for International Student Assessment (Pisa) e Progress in International Reading Literacy Study (Pirls). Dessa maneira, teremos mais certeza de que bons resultados representam, de fato, ganhos relevantes de aprendizagem.

Melhorar as avaliações e os indicadores são uma urgência do nosso sistema educacional, sendo que pouco foi feito nesse sentido no Saeb e no Ideb nas duas últimas décadas. O Saeb segue estrutura semelhante desde 1997, e o Ideb, criado em 2007, desde então, não passou por nenhuma revisão. Essas melhorias são essenciais não só para termos diagnósticos mais qualificados sobre a educação brasileira como também para que não tenhamos um ensino focado na melhoria de indicadores que não necessariamente apontam para uma educação

com qualidade e equidade.

Por fim, de forma geral, os resultados do Ideb 2023 parecem ilustrar um olhar das redes para a melhoria da aprovação escolar, o que é bem positivo. Mas essa melhoria tem que se dar garantindo a aprovação tanto nos anos ímpares como nos anos pares, com promoção escolar adequada, permanência, conclusão na idade adequada e boa aprendizagem. Para isso, o Ideb tem que nortear na busca desses objetivos. Hoje, o norte é na garantia de habilidades básicas e em uma aprovação escolar dos alunos que estão na escola, ignorando quem está fora e o grave problema de evasão escolar existente no país.



A polarização política ronda e ameaça a advocacia

» CLEBER LOPES

Advogado criminalista, pós-graduado em direito público. Foi secretário-geral adjunto da OAB/DF no triênio 2016/2018

Agosto é um período de comemorações para a advocacia. Há 197 anos, foram abertas as duas primeiras faculdades no Brasil, ambas escolas de direito, uma em Olinda e outra em São Paulo. Mais do que a construção do ordenamento jurídico, o resultado da implantação de escolas de direito deu origem à base do pensamento nacional em diversas áreas, como na política, na sociologia e na economia. A advocacia tem mesmo muito a comemorar por seu papel relevante na história do Brasil, mas não podemos deixar de analisar o presente e, muito menos, esquecer os enormes desafios que temos pela frente, como guardiã da Justiça, da cidadania e da Constituição.

Neste momento, a advocacia atravessa uma profunda crise de representatividade. No Distrito Federal, centro das principais decisões políticas, econômicas e jurídicas do país, a OAB perdeu sua capacidade institucional e, com isso, está enfraquecida na defesa de advogadas e advogados. A consequência de uma Ordem fraca, distante dos principais debates nacionais, é o enfraquecimento da defesa da cidadania e da Justiça.

A verdade é que a advocacia, já há alguns anos, encontra-se muito à frente da sua entidade de representação. Foi assim no desmascaramento da operação Lava-Jato, cujo papel decisivo exercido pela advocacia ainda precisa ser devidamente contado. E está sendo assim no terrível e lamentável episódio do 8 de janeiro. Em ambos os casos, advogadas e advogados estiveram, e estão,

atuando na defesa da cidadania e da Justiça, enquanto sua entidade de representação assiste placidamente a excessos jurídicos, com eventuais sussurros de protesto. Hoje, os balanços de resultados promovidos pela OAB/DF estão turvados por um colírio alucinógeno de quem se acomodou com um pouco de poder e está preocupado em mantê-lo.

Um dos maiores desafios do Brasil na atualidade é romper com a nefasta polarização política. O debate ideológico radical retira a capacidade de encontrar as melhores soluções para o país. Essa polarização entre radicais lança seus tentáculos, e ambos os lados do radicalismo procuram qualquer oportunidade para ampliar e exercer seu controle.

Este ano, haverá eleições para as seccionais da OAB em todo o país, e é evidente a tentação de alguns grupos em buscar, para chegar ao poder, alavancagem na direita e na esquerda mais radicais. É fácil imaginar os riscos para a advocacia e para o país caso a OAB passe a ser controlada por algum dos lados do radicalismo ideológico. Não é pouco o que está em jogo, e vale lembrar dois dispositivos legais que conferem a exata dimensão da advocacia. Diz o artigo 133 da Constituição: “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”. Portanto, sem advogado, o sistema de justiça simplesmente não pode funcionar, sem advocacia a justiça não existe.

Já o artigo 44 da Lei Federal 8.906/94, o Estatuto da Advocacia, descreve o papel da OAB: I — defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado Democrático de Direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas; II — promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

Esses dois trechos reforçam o caráter diferenciado da nossa profissão. Temos um compromisso social e um dever institucional ímpares. Nossa tarefa vai muito além da defesa da aplicação dos mecanismos legais e do funcionamento do sistema de justiça. Um dos grandes desafios hoje é resistir à polarização política. Nosso desafio é fazer prevalecer o equilíbrio, o bom senso e o bem comum. É urgente rejeitar que a polarização política, seja da direita radical, seja da esquerda radical, sequestre a Ordem e a coloque sob seus interesses político-partidários.

O lado da advocacia é a justiça, a defesa da Constituição, o Estado Democrático de Direito, a defesa da cidadania, o aprimoramento jurídico. A OAB não conseguirá recuperar sua capacidade institucional se estiver manipulada por radicalismos. Apesar da ameaça e do tamanho do desafio, vemos nosso futuro com otimismo, porque a advocacia cresce na luta, na adversidade. Sempre é bom lembrar a célebre frase do grande Sobral Pinto. “A advocacia não é profissão para covardes”.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Brasil lindo e inzoneiro

Com a nova configuração estratégica e política do mundo, catalisada pelas guerras que se seguem entre Rússia e Ucrânia e pelo eminente alastramento dos conflitos no Oriente Médio, opondo Israel ao mundo Islâmico, fica cada vez mais nítido que o planeta vai sendo dividido entre nações que vivem sob um regime ditatorial cruel e países que ainda respiram liberdade.

Para os mais incisivos, o globo vai sendo cortado em duas metades. Uma dos que acreditam que a herança grega, romana, judaica e cristã ainda é o mais importante pilar a sustentar e trazer razão à civilização Ocidental. Do outro lado, emergem nações submersas por crenças religiosas radicais. Nesse grupo submetido a ditadores, há ainda nações esmagadas por ditaduras ateias, que substituíram as orientações divinas por pastores do comunismo.

Essas nações distantes das ideias democráticas encontram no grupo denominado Brics uma espécie de refúgio em que podem dar vazão ao totalitarismo. De certa forma, o que se assiste é uma reorganização de grupos como havia na Segunda Grande Guerra (1939-1945), opondo o Eixo aos Aliados. Se for esse o caso, estamos de frente à repetição da história, o que pode resultar em uma grande farsa feita às custas de muitas vidas e estragos, forçando o mundo a retroceder.

Ao incorporar países como Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes, Etiópia e Irã, o Brics vai se tornando cada vez mais parecido com o Eixo da Segunda Guerra. O Brasil, nesse meio confuso, vai se parecendo cada vez mais com o Brasil de Getúlio Vargas. Se for esse o caso, em algum momento, o país terá que pular desse barco furado, pois as consequências por andar em más companhias virão de uma forma ou de outra.

Tomando a realidade fática como elemento condutor da razão, vemos que ainda é válida a tese de que geografia é destino e, sobretudo, futuro. Para aqueles que veem o Brics como um singelo e pacífico bloco devotado apenas às teses do comércio e do desenvolvimento dessas economias, o Brasil estaria em boa companhia. Para aqueles que enxergam mais longe e desconfiam das estratégias laicas de dominação de países como Rússia e China ou mesmo da expansão do Islamismo pelo mundo Ocidental, o Brics podem vir a representar, num futuro não muito distante, uma enorme ameaça aos valores e vida ocidental.

Empurrar essa visão mais pessimista para as proximidades das chamadas teorias da conspiração não resolve o problema, ofusca a realidade e serve apenas para aqueles que estão preparando tranquilamente essa distopia mundial. Há um processo claro em andamento, e isso pode ser observado dentro de nosso país por meio da aproximação cada vez mais nítida entre o governo e o Partido Comunista Chinês.

Não é preciso lembrar que a China apoia a Rússia em sua investida contra a Ucrânia, assim como apoia o Irã em sua movimentação de tropas contra Israel. Para o governo chinês, ver o mundo pegar fogo ajuda em sua tática de anexar Taiwan e ampliar o caminho da seda, que nada tem de maceio e belo. Ao que parece, o Brasil vai incorporando a figura folclórica de país inzoneiro, intrigante, mentiroso, enredador, manhoso e sonso.

» A frase que foi pronunciada

“Se seus parceiros de negócios não estão trabalhando tão duro quanto você, não é uma parceria, é um navio afundando.”

Julian Hall, empresário

Aeroporto

» Poucas cadeiras no Aeroporto Internacional de Brasília, no desembarque, mostram que não há preocupação em manter conforto aos idosos, gestantes e obesos.

Evento

» Pessoal animado com a iniciativa que acontecerá neste sábado no Gama. Nos 20 anos de comemoração do 20º aniversário da sede da Promotoria de Justiça do Gama e do 27º da Promotoria de Justiça de Defesa da Filiação (Profide), o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) providenciou uma equipe em mutirão que trabalhará no reconhecimento de paternidade.

» História de Brasília

O sr. Antônio Venâncio da Silva lançará um novo prédio em Brasília, também no Setor Comercial Sul. É um homem de negócios que não vive em Brasília, mas acredita na cidade e aqui tem feito grandes investimentos, depois de concluir o Edifício Ceará. (Publicada em 15/4/1962)